



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 6 de outubro de 2011

JORNAL DO COMMERIO

Fuga de indústria chinesa de motos para Complexo de Suape preocupa setor de duas rodas no Amazonas 1
CAPA

JORNAL DO COMMERIO

EDITORIAL 2
OPINIÃO

JORNAL DO COMMERIO

Duas Rodas 3
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERIO

Receita Federal 4
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERIO

Aakash 5
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERIO

íPhones 4S 6
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERIO

Follow-Up 7
ECONOMIA

A CRITICA

sim & não 8
OPINIÃO

A CRITICA

SUDAM E SUDENE 9
ECONOMIA

A CRITICA

INCENTIVOS FISCAIS 10
ECONOMIA

A CRITICA

CÂMARA DOS DEPUTADOS 11
ECONOMIA

MASKATE

Fala Sério! 12
OPINIÃO

Fuga de indústria chinesa de motos para Complexo de Suape preocupa setor de duas rodas no Amazonas

A possibilidade de que outros novos grupos do polo de duas rodas possam seguir o mesmo caminho da chinesa Shineray, que vai para o Complexo In-

dustrial e Portuário de Suape, em Pernambuco, trouxe preocupação sobre prejuízos ao setor no Amazonas.

Página A5

EDITORIAL

Incentivos fiscais e falta de infraestrutura para logística no PIM

Em entrevista de rádio em rede nacional o presidente de uma indústria do polo de duas rodas foi questionado por um repórter de São Paulo a respeito dos problemas enfrentados pelos empresários do PIM em relação a infraestrutura para a logística, que segundo o jornalista, que se mostrou muito bem

informado, são precárias no Amazonas. Embora não nos atendo à resposta do empresário, é necessário reconhecer que o posicionamento do jornalista, extremamente crítico, tem sua razão de ser, haja vista que ao longo de 44 anos do modelo Zona Franca ambas as questões, infraestrutura e logística, não avançaram no mesmo ritmo de crescimento da indústria local.

Apesar dos esforços e de elevados investimentos em áreas como o gás natural e a geração independente, ainda convivemos hoje com graves problemas de energia; por outro lado a infraestrutura de transportes é precária em relação a portos, sinalização

e balizamento de hidrovias, modernização e ampliação de aeroportos, e rodovias.

Passamos esses anos todos debruçados no modelo de incentivos fiscais, lutando desesperadamente em batalhas políticas para mantê-los, mas nos esquecemos de componentes tão essenciais quanto os incentivos – oferta de energia abundante, infraestrutura de comunicações, e meios de transporte adequados.

Como competir com quem tem o mercado consumidor à sua porta, se moramos longe e temos de levar nossa produção até esse mesmo mercado, mas não temos esses componentes infraestruturais?

Duas Rodas

Decisão de chinesa expõe risco para o PIM

Entraves logísticos e de infraestrutura fizeram montadora nem pensar em instalar fábrica de motos em Manaus

Por JULIANA GERALDO

A possibilidade de que outros grupos do polo de duas rodas possam seguir o mesmo caminho da chinesa Shineray que optou pelo complexo industrial e portuário de Suape em lugar do polo industrial amazense trouxe preocupação e dividiu opiniões sobre prejuízos ao setor no Amazonas.

Na última segunda-feira, 3, a empresa chinesa anunciou a instalação de sua primeira montadora no Brasil em Pernambuco. A gerência da empresa alegou que a preferência pelo Nordeste em relação ao PIM se deveu a vantagens logísticas e de infraestrutura na comparação com o Amazonas,

que mesmo com os incentivos fiscais oferecidos, não atraiu o interesse da companhia.

"Não tenho dúvidas que a decisão da Shineray represente um risco. A logística é o nosso 'calcanhar de Aquiles' no Estado. Em contrapartida, Pernambuco está muito mais próxima dos grandes centros. Os nossos incentivos fiscais que deveriam fazer a diferença estão cada vez menores e esse foi o primeiro grupo dentro do segmento a perceber que a diferença tributária pode ser compensada", afirmou o economista José Alberto Machado.

Segundo ele, a situação dos terminais da estrutura portuária, que atualmente operam no limite de suas capacidades e os

impasses jurídicos para a construção de novos portos são apenas alguns dos problemas enfrentados pelo Estado.

"Temos ainda a fraca infraestrutura do aeroporto da cidade e a enorme dificuldade de abastecimento energético de Manaus, para citar apenas dois entraves", criticou.

O economista titular do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Francisco de Assis Mourão Júnior, explica que a maior parte das cargas são transportadas por via fluvial. "Na época de seca dos rios, é preciso diminuir o tamanho dos contêineres e a prioridade no desembarque para os produtos de primeira necessidade. A matéria-prima importada é a última a chegar ao seu



Foto: Walter Mendes

Transporte fluvial é o principal meio para o trânsito de cargas industriais para as empresas que são afetadas pelas intempéries regionais

destino, tudo isso atrasa muito o processo", detalhou.

Além dos problemas estruturais citados pelos economistas, o presidente da Aficam, (Associação dos Fabricantes de Componentes da Amazônia), Cristóvão Marques, apontou a burocracia portuária e logística que é outro grande gargalo da indústria amazonense. "Só prorrogar a Zona Franca não resolve, é preciso resolver questões como essa", enfatizou.

Ele disse ainda que essa situação não se restringe apenas ao setor de duas rodas. "Fabricantes de outros produtos como ar-condicionado split já se decidem pela instalação da planta industrial em diferentes regiões", exemplificou.

Caso Isolado

A Suframa disse respeitar a decisão da Shineray, mas a considera arriscada. "Uma vez que o polo de duas rodas implantado na Zona Franca de Manaus oferece vantagens comparativas superiores ao de qualquer outro ponto do território nacional, tanto pelos incentivos fiscais diferenciados quanto pelo profundo adensamento de sua cadeia produtiva", declarou o coordenador-ge-

ral de Acompanhamento de Projetos Industriais da autarquia, Gustavo Igrejas.

Ele informou não acreditar que tal decisão se tornará uma tendência entre as demais empresas. "A julgar pelo histórico de investimentos efetivamente implantados no segmento a nível nacional, o PIM tem sido destino praticamente exclusivo das fabricantes de motocicletas no país e deverá, se manter essa condição nos próxi-

mos anos", avaliou.

O presidente em exercício da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Athaydes Mariano Félix, também aposta na continuação da competitividade do modelo. "Com suas mais de 550 empresas instaladas, o polo de duas rodas mantém-se competitivo, haja vista os projetos recém aprovados pelos conselhos da Suframa e do Codam (Conselho de Desenvolvimento do Amazonas). Não resta

dúvida que os incentivos fiscais concedidos na Zona Franca de Manaus continuam atrativos", afirmou.

No entanto ele afirma que a federação tem conhecimento e reivindica obras de melhorias na infraestrutura de transportes, que segundo afirma são prioritárias para ampliação das vantagens comparativas do Estado.

"A decisão da empresa é isolada, portanto não confirma uma tendência", resumiu.

A Shineray foi a primeira empresa a optar pelo Nordeste ao invés de instalar fábrica no Amazonas. O

investimento inicial é estimado em R\$ 100 milhões e geração de 400 empregos diretos.

OPINIÃO

"Esse é apenas mais um dos muitos reflexos da guerra-fiscal entre os Estados brasileiros. Tem Estado que oferece até dez anos de prorrogação do ICMS para atrair fabricantes. Cada decisão dessa, abala um pouco nossa economia".

Francisco de Assis Mourão Júnior
Conselheiro Titular do Corecon-AM

Receita Federal

Exclusão do Refis da Crise chega a quase dois terços dos incluídos

Dados da Receita mostram que os parcelamentos especiais estão sendo utilizados como rolagem de dívida, como proteção de pagamento, para ter o nome limpo novamente

Quase dois terços das pessoas físicas e das empresas que aderiram ao parcelamento especial de dívidas da União, chamado de Refis da Crise, foram excluídos do programa. Segundo levantamento divulgado ontem pela Receita Federal, dos 577,9 mil contribuintes que aderiram à renegociação em 2009, apenas 212,4 mil (36,75%) continuaram a pagar as prestações.

Segundo o subsecretário

de Arrecadação e Atendimento da Receita, Carlos Roberto Occaso, o restante dos contribuintes (63,25%) apenas pegou a Certidão Negativa de Débitos (CND), que permite a regularização temporária da situação tributária, e desistiu do parcelamento. "Na verdade, essas empresas têm usado os programas de parcelamento para rolar a dívida com o governo, sem resolver as pendências", destaca.

De acordo com a Receita, dos 577,9 mil optantes que aderiram ao Refis da Crise, de agosto a novembro de 2009, 132,7 mil foram excluídos da renegociação porque deixaram de pagar as parcelas mínimas – de R\$ 50 mensais para pessoas físicas e R\$ 100 para pessoas jurídicas – nos últimos dois anos. Outros 232,7 mil contribuintes perderam o direito ao parcelamento porque não fizeram a consolidação, etapa em que foram definidos o prazo de pagamento e



Carlos Roberto Occaso, da Receita Federal, diz que essas empresas têm buscado o parcelamento para fazer rolagem de suas dívidas

Foto: Valter Campanato/ABR

o valor definitivo da parcela. A consolidação se deu de abril a agosto.

Em valores, de um total de R\$ 1 trilhão de passivos que poderiam ser renegociados, R\$ 174 bilhões foram de fato parcelados, o que representa 17,4% da dívida. A resistência foi maior entre as pessoas físicas do que entre as empresas. Das 181 mil pessoas físicas que aderiram ao Refis da Crise, 70,6 mil continuaram no programa, desistência de 60,9%. Em relação às pessoas jurídicas, 396 mil aderiram, mas 141,7 mil fizeram a consolidação, desistência de 55,6%.

De acordo com Occaso, parte significativa das pessoas jurídicas que abriram mão do parcelamento é formada por grandes empresas. Segundo ele, esse comportamento de empurrar a dívida com a União provoca danos à concorrência. "Esses parcelamentos especiais têm desesti-

mulado os contribuintes a cumprir voluntariamente as obrigações. Uma empresa que sistematicamente não paga os tributos concorre em condições desleais com outras companhias que mantêm o recolhimento regular", avalia.

Em relação às pessoas físicas, o subsecretário admitiu falhas de comunicação no primeiro prazo de consolidação das dívidas, em maio. Ele, no entanto, argumenta que o prazo foi reaberto em agosto e assegurou que todas as pessoas físicas foram avisadas por correspondência e pelo Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC). "Nessa segunda etapa, usamos todos os canais de comunicação disponíveis", argumentou.

Todos os contribuintes excluídos do Refis da Crise perderam o direito de quitar a dívida com desconto de até 90% nas multas e de 40% nos juros.

Aakash

Índia lança tablet mais barato do mundo

A Índia apresentou ontem o que considera ser o tablet mais barato do mundo, destinado a estudantes, ao preço subsidiado de US\$ 35.

O governo indiano está comprando as primeiras unidades do produto, chamado Aakash --que significa céu em hindi-- por US\$ 50 cada um, de uma empresa britânica que está montando os dispositivos na Índia.

Os tablets, inicialmente, serão fornecidos gratuita-

mente aos estudantes, em um projeto piloto envolvendo 100 mil unidades.

"Os ricos têm acesso ao mundo digital, os pobres e comuns têm sido excluídos. Aakash terminará com a divisão digital", disse o ministro das Telecomunicações e da Educação, Kapil Sibal.

DataWind, pequena empresa britânica que desenvolveu o tablet, disse que o custo será menor quando iniciar a produção em massa.

iPhones 4S

Tropeço pode abrir portas para rivais

Após o lançamento frustrado do iPhone 4S, ações da Apple sofreram impacto

Os fabricantes rivais de celulares podem ter uma chance de explorar um raro vacilo da Apple no lançamento de seu iPhone 4S, que não encantou os fãs da empresa, para conquistar participação maior no segmento mais lucrativo do mercado de telefonia, afirmaram analistas.

Agentes de mercado apontaram, entretanto, que a Apple decidiu manter os modelos de iPhone mais antigos, reduzindo os preços, o que pode ajudá-la a aumentar vendas nos segmentos de preço mais baixo e nos mercados em desenvolvimento, dominados pela Nokia e Samsung Electronics.

"A Apple já não está em vantagem, e seu serviço em nuvem ficou para trás do (sistema operacional do Google) Android. Agora, ela só pode vender aproveitando a fidelidade à marca," disse C. K. Lu, analista da Gartner em Taipei.

"Os usuários podem esperar para comprar o próximo iPhone. Quem não puder esperar talvez mude para marcas que ofereçam especificações mais avançadas," acrescentou.

O iPhone, lançado em

2007 com a tela de toque que todos os rivais adotaram posteriormente, provou ser o novo padrão no crescente mercado de smartphones, e as vendas cada vez mais altas prejudicaram os ambiciosos planos de muitos concorrentes.

Mercado de ações

Mas as ações da Samsung Electronics, HTC e LG Electronics, que fabricam celulares que utilizam o Android, avançaram depois que a Apple lançou o iPhone 4S na terça-feira.

Na Europa, as ações da Nokia e da Ericsson, que detém metade da joint-venture Sony Ericsson, mostravam alta de 2,4% no começo do pregão de ontem.

"A Nokia deve se beneficiar do fato de que o novo modelo da Apple não enfatiza o design e, contrariando alguns rumores, a empresa não oferecerá nada novo para o crucial segmento médio do mercado," afirmaram analistas da Nordea em nota.

"Muitos consumidores ainda não experimentaram o iPhone, e a Apple ainda tem muitos mer-



O iPhone, lançado em 2007 provou ser o novo padrão no crescente mercado de smartphones, e as vendas prejudicaram concorrentes

cados e operadoras nos quais ingressar, por isso, quando surge um modelo novo com melhores especificações, isso ajuda a elevar os embarques," disse Ming-chi Kuo, analista da Concord Securities, em Taipei.

"O iPhone 4S é voltado a usuários do 3GS cujos

contratos de serviço de dois anos estão expirando", acrescentou.

A Apple bateu recorde ao vender 20,3 milhões de iPhones no segundo trimestre, ante 19 milhões de unidades vendidas pela Samsung e 16,7 milhões pela Nokia, segundo analistas.

Foto: Divulgação

Follow-Up



Encontro com Notáveis - outubro de 2011

A 125ª edição do programa "Encontro com Notáveis" ocorrerá hoje, quinta-feira, às 18:30 h, no Studio 5 - Salão Nobre. Realizado mensalmente pelo Cieam, por intermédio do Cetrin (Centro de Treinamento da Indústria), sob coordenação da psicóloga Ana da Luz Monteiro, o programa visa contribuir para enriquecer o capital humano - o mais valioso fator de produção na Era do Conhecimento - da ZFM. Ao longo de 12 anos, o programa foi assistido por uma audiência acumulada superior a 70 mil pessoas, o que revela sua amplitude e penetração na comunidade manauara.

A palestra, a ser proferida pelo notável José Renato Santiago Jr, abordará o tema: Atalho para sermos Líderes, com o seguinte conteúdo programático:

- Meu papel na empresa.
- Mais que um funcionário, um colaborador do conhecimento.
- Gerenciando conflitos.
- Passos para compartilhar boas práticas.
- Somos a nossa própria empresa.
- Principais desafios para se tornar um líder.
- Agora que sou um líder, quais meus próximos desafios?

O notável José Renato Santiago Jr é engenheiro,

com grande experiência no desenvolvimento de projetos, gerenciamento de pessoas, gestão do conhecimento e implantação de novas tecnologias e inovações em empresas nacionais e multinacionais. É doutor e mestre em Engenharia pela Universidade de São Paulo, com pós-graduação em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. É um dos mais requisitados palestrantes que atuam nas áreas de motivação e liderança, ministrando treinamentos e apresentações em empresas, sindicatos e instituições de classe. Possui colunas semanais em jornais, revistas e sites e é autor de livros sobre Gestão do Conhecimento, Capital Intelectual e Motivação. Mantém ativo na internet o site www.comhecimento.com.br, voltado para o desenvolvimento profissional de pessoas, que possui cerca de 20 mil leitores cadastrados.

Os apoiadores-parceiros do programa são: Salcomp, Technos, 3M, Jabil, Masa-Flextronics, Continental, Tutiplast, Fujifilm, Microservice, Nokia, P&G, Sony, Yamaha, Whirlpool, Honda,

Showa do Brasil, Digibord, Coca-Cola, Minds, Dental Plan, BDS, Scórprios, Seculus, Nassau, Videolar, Copag, Bemol, Fieam, CDL, Senai, Fucapi, Sebrae, Samel, Unimed, Multipla, Voith, Aliança Navegação, Adukargo, Restaurante Fiorentina, Focus/DM,

Para os demais brasileiros, que têm o saudável desejo de crescer, resta o sistema tradicional - o 'Complicado'

Magistral, Real Bebidas, Novotel e Hotel da Vinci.

Se sua empresa desejar apoiar o programa, uma das formas de fazê-lo é com a aquisição de ingressos para que seus colaboradores participem das palestras. O valor do investimento é R\$ 55,00 por ingresso e as inscrições podem ser feitas

através dos tels. 3584-4107 e 3584-4113, ou do e-mail: cetrin@cieam.com.br.

PIB cai, inflação sobe

O país contempla - perplexo e ansioso - um cenário econômico adverso, deveras preocupante. Enquanto, mundo afora e aqui mesmo, se comenta que a crise é visível e iminente, o governo proclama que todas as providências apropriadas para enfrentá-la foram tomadas, ainda que os especialistas adiantem que os seus efeitos serão maiores que os de 2008. Porém, nosso ufanismo histórico nos leva a crer que tudo por aqui vai às mil maravilhas. O governo se satisfaz com declarações que não condizem com a realidade. Ninguém ignora que a taxa de inflação ultrapassou as previsões oficiais e ainda agora o Banco Central reconhece seu crescimento, ao mesmo tempo em que cai a taxa de expansão do PIB de 4% para 3,5%, contra os prognósticos do próprio governo. Enquanto isso, a carga

fiscal, cuja redução é defendida por todos, permanece intocada e só se fala em agravá-la com novos tributos. E o tempo, que não se recupera, continua a passar. Podemos estar caminhando para o pior dos mundos: a estagiflação.

Para reflexão

No Brasil a classe média tem motivos de sobra para se revoltar contra impostos injustos, servidos com cobertura de corrupção explícita. Além de prender o brasileiro em verdadeiro manicômio tributário, o governo reserva o direito ao sistema de impostos chamado 'Simples' só a quem é pequeno e quer permanecer pequeno. Para os demais, que têm o saudável desejo de crescer, resta o sistema tradicional - o 'Complicado'. A cretinice se agrava com a regressividade tributária, que faz pagar mais quem pode menos. O pobre paga - no preço das mercadorias que consome - uma série de tributos em cascata. A razão de os brasileiros aceitarem esse peso estoicamente é tema para a sociologia.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

sim & não

Ameaça ao PIM une bancada

A bancada federal do Amazonas na Câmara dos Deputados teve uma prova de fogo ontem. De supetão, o presidente da Casa, Marco Maia (PT), pôs na pauta de votação o projeto de lei que prevê a imunidade tributária à indústria fonográfica em todo o Brasil (a PEC da Música), anulando as vantagens concentradas no PIM. A bancada se reuniu às pressas e conseguiu impedir, pelo menos até o dia próximo dia 18, a votação da PEC. Até lá, os parlamentares vão tentar costurar um texto de consenso.

Fogo O que chamou atenção da bancada federal do Amazonas, foi, além da surpresa, o fato de a matéria ter sido colocada em pauta pelo presidente da Casa, que é do PT. Em 2009, quando a matéria quase foi aprovada, quem tinha posto o projeto em pauta havia sido o PSDB.

Bastidores Ao saber que a matéria estava sendo posta em votação, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) foi uma das primeiras a se mobilizar para impedir a votação. Ela se reuniu com as lideranças do seu partido para costurar um acordo.

Pessimista Mesmo não estando trabalhando para barrar a votação da PEC da Música, Vanessa está pessimista com

relação ao futuro da proposta. “Na Câmara, temos apenas oito deputados contra mais de 500. A pressão pela aprovação dessa matéria está muito grande. No Senado, será a mesma coisa. Somos apenas três contra o resto”, diz a senadora.

Articulação Quem também entrou no circuito para barrar a PEC da Música foi o governador Omar Aziz (PSD), que recorreu ao apoio dos parlamentares do seu partido recém-nascido para impedir a votação ontem.

Eleito O conselho Superior do Ministério Público Estadual (CSMP) escolheu José Hamilton Saraiva como o novo procurador de Justiça do Amazonas. Sua escolha foi por unanimidade e a posse está marcada para o próximo dia 26.

SUDAM E SUDENE

Incentivos prorrogados até 2013

O Projeto de Lei 349/11, que prorroga até 31 de dezembro de 2018 os incentivos fiscais a projetos na área de atuação das extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) foi aprovado na última terça-feira pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado.

O projeto, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), que ainda precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter definitivo, concede redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais às pessoas jurídicas que tenham protocolizado e aprovado, até 31 de dezembro de 2018, projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação no âmbito das duas superintendências.

INCENTIVOS FISCAIS

Proposta do MDIC ameaça produção de TVs no PIM

O risco da Zona Franca de Manaus (ZFM) de perder o incentivo fiscal sobre o imposto de Importação sobre Produtos Importados (IPI) para a produção de televisores de cristal líquido, fez o deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM) contestar a Proposta nº 62/2011, apresentada na Consulta Pública nº 8, realizada pelo Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), no dia 19 de setembro.

Pauderney encaminhou ofício ao secretário interino do MDIC, Nilton Kornijezuk, pedindo a supressão do item 2 da proposta, que altera a Portaria nº 12/2011. "Esse item não prevê uma etapa física do conjunto mínimo de operações que ca-

racteriza a efetiva industrialização do produto citado. Se as normas forem alteradas, a ZFM perderá o benefício fiscal, pois não cumprirá todas as etapas do processo produtivo básico exigido para o gozo do incentivo", disse.

O deputado disse que os critérios para receber isenção fiscal devem ser feitos por lei, e



Linha de produção de TVs LCD da Philips, no Polo Industrial de Manaus

não por ato administrativo, como quer o MDIC. Pelas novas regras propostas, todos os fabricantes de televisores de cristal líquido deverão vir adaptados para receber o sinal digital. Isso significa que mesmo com incentivos fiscais, o custo do televisor produzido pela ZFM poderá ficar mais elevado do que os importados. "Assim a ZFM não terá mais condições de produzir televisores e milhares de empregos serão perdidos, sobretudo porque o polo eletroeletrônico, o mais representativo do parque industrial", ressaltou.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEC da Música é adiada

Bancada do Amazonas tenta derrubar projeto nocivo para as fábricas de CDs

EMANUELLE ARAÚJO
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

Em resposta à pressão de alguns parlamentares da bancada do Amazonas, o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT/RS), retirou de pauta, ontem à noite, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Música, que concede isenção fiscal para a produção de CDs e DVDs de música brasileira em qualquer lugar do País, mas, de outra forma coloca em risco as empresas do setor que produzem no Polo Industrial de Manaus (PIM), ameaçando mais de 15 mil empregos.

A PEC da Música (PEC 98/2007), do deputado federal Otávio Leite (PSDB/RJ), "acrescenta a alínea (e) ao inciso VI do

art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os Fonogramas e Videofonogramas musicais produzidos no Brasil, contendo obras musicais ou lítero-musicais de autores brasileiros e obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou os arquivos digitais que os contenham".

A PEC entrou na pauta de votação e, ontem, os deputados federais Praciano, Pauderney Ave-lino (DEM), Rebecca Garcia (PP), Áttila Lins (PMDB), Silas Câmara (PSC) e Carlos Souza (PSD), além dos senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Eduardo Braga (PMDB), se mobilizaram para retirar a matéria de pauta.

O deputado federal Francisco Praciano (PT) informou que Mar-

Redução de preço

Uma corrente parlamentar defende que a aprovação da PEC 98/2007 significará a redução no preço do CD e do DVD em até 40%, o poderá combater a pirataria. Porém, o risco é que as empresas do PIM comecem a produzir em outros estados.

co Maia retirou a PEC da Música da pauta de votação e concedeu um prazo de 15 dias para que os parlamentares do Amazonas voltem a conversar sobre o assunto com o governo federal. Segundo ele, na legislatura passada o governo se comprometeu em apresentar uma Medida Provisória



Videolar, instalada no PIM, é uma das maiores fabricantes de CDs e DVDs

sobre o tema e não prejudicar as fábricas do PIM.

O senador Eduardo Braga afirmou que há mais de sete anos se articula para que a PEC não seja votada. O deputado Carlos Souza pediu para os deputados do PSD para votarem contra a proposta. A deputada Rebecca disse que a

estratégia inicial da bancada amazonense era convencer os parlamentares a esvaziar a votação. Já a senadora Vanessa classificou como absurdo a PEC entrar na pauta de votação. De acordo com ela, o presidente da Câmara sabia que o governo é contra a proposta.

Fala Sério!

Temporada de caça à ZFM



Até o fechamento desta edição, o novo golpe perpetrado contra a Zona Franca de Manaus estava em andamento. Desta vez o tiroteio veio do PSDB, através de seu líder, Otávio Leite da Silva, que tenta aprovar projeto de lei que abre a possibilidade de qualquer estado implantar fábricas de CD virgem.

Leite de abiu

O relator também é tucano. Com isso, resta esperara que a iniciativa do petista Cândido Vacarezza breca a sanha do PSDB. Ele tenta retirar o projeto de pauta, afirmando que o Planalto tem outros projetos para beneficiar a música. Enquanto isso, a bancada do Amazonas continua se deliciando com abiu.